



CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - CONPCT

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CONPCT - REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE OUTUBRO DE 2021.

1 Nos dias dezanove e vinte de outubro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais -
3 CONPCT. Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros(as) titulares e suplentes na
4 titularidade: Governo: Conselheira Suplente Márcia Aparecida Teles Chaves, representante do
5 Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP; Conselheiro Suplente Ismael Damasceno
6 Pavanil, representante do Ministério da Economia – ME; Conselheiro Suplente Rafael Farias
7 Tabares, representante da Secretaria de Governo da Presidência da República; Conselheiro Suplente
8 Roberto Cavalcanti Sampaio, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da
9 Biodiversidade – ICMBio; Conselheiro Suplente Ubiratan Cazatta, representante da 6ª Câmara de
10 Coordenação e Revisão; Conselheiro Titular José Roberto Fani Tambasco, representante da
11 Defensoria Pública da União – DPU; Conselheiro Suplente João Juliano Josué Francisco,
12 representante da Defensoria Pública da União – DPU; Conselheira Titular Sandra Maria da Silva
13 Andrade, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; Conselheira
14 Suplente Aline Renata Araújo de Macêdo Bacelar, representante do Ministério da Agricultura,
15 Pecuária e Abastecimento – MAPA. Sociedade Civil: Conselheiro Titular Carlos Alberto Pinto dos
16 Santos, representante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos
17 Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos - CONFREM; Conselheira
18 Titular Adriana de Souza de Lima, representante da Coordenação Nacional das Comunidades
19 Tradicionais Caiçaras - CNCTC (RJSP-PR); Conselheira Titular Eva Francisca de Jesus Santana,
20 representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco; Conselheira
21 Titular Cláudia Regina Sala de Pinho, representante da Rede de Comunidades Tradicionais
22 Pantaneira; Conselheiro Titular Helmar Spamer, representante da Associação Pomerana de Pandas
23 APOP; Conselheira Titular Maria Ednalva Ribeiro da Silva, representante do Movimento
24 Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - AMIQCB; Conselheiro Titular Raimundo Nonato
25 Pereira da Silva/Taata Konmannanjy, representante da Associação Nacional Cultural de
26 Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU; Conselheira Titular Maria Jane Soares Targino
27 Cavalcante, representante da Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado da Paraíba -
28 ASCOCIC. Convidados: Rodrigo Araújo, representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento

29 Social – SEDS/MC; Eliésio Alves de Souza, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e
30 Inovações – MCTI; Mariléia de Paula, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Departamento de
31 Monitoramento de Políticas Públicas – DMOPE/SNPIR. Outros participantes: José Humberto de
32 Lima Ribeiro, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAP; João Bosco Campos, representante
33 dos Ribeirinhos. Coordenador-Geral de Conselhos da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção
34 da Igualdade Racial - SNPIR – Secretário-Executivo do CONPCT: Helbert Garandy Pitorra. Dando
35 início aos trabalhos do primeiro dia, o Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos iniciou a reunião
36 cumprimentando a todos e solicitou que fosse verificado o quórum. Verificação a existência de
37 quórum para instalação da reunião, abriu o espaço aos conselheiros para realização de ação cultural
38 para abertura da reunião. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy
39 proferiu uma reza na língua kimdundu e a Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante
40 explicou sobre os rituais dos povos ciganos, ponderando que trará uma oração das mulheres ciganas
41 que realizam a leitura das mãos posteriormente. Em seguida, foi realizada a leitura da pauta, que
42 estava composta pelos seguintes itens: 1. Leitura e aprovação da ordem do dia; 2. Aprovação da Ata
43 da 9ª Reunião Ordinária do CONPCT; 3. Recondução das entidades do CONPCT; 4. Apresentação
44 do Ministério da Cidadania - Distribuição de cestas para Povos e Comunidades Tradicionais; 5.
45 Escolha dos membros da Câmara Técnica do Programa Abrace o Marajó; 6. Indicação de
46 representantes para composição do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Reparação de
47 Benefícios – CG-FNRB; 7. Informes BRA/15/010, que trata dos editais abertos da
48 SNPIR/MMFDH; 8. Informes Gerais. 9. Considerais Finais e Encerramento. Em seguida, o
49 Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos colocou a pauta em apreciação. O Sr. João Bosco
50 Campos justificou que terá que se ausentar da reunião antes do seu final, solicitando que seja lhe
51 concedida à palavra para realizar um informe sobre a comunidade do território de Bailique do
52 estado do Amapá. Considerada a pauta aprovada, passou-se à aprovação da ata da 9ª Reunião
53 Ordinária do CONPCT. O Sr. Helbert Garandy Pitorra registrou que a ata foi encaminhada com
54 antecedência aos conselheiros para leitura e consideração, questionando se haveria alguma
55 observação. Não havendo observações, observou que ainda não possuem quórum suficiente para
56 aprovação da ata, sugerindo que esse ponto seja retomado antes do final da reunião, o que foi
57 acatado. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos compreendeu que o próximo item de pauta,
58 recondução das entidades ao CONPCT, estaria prejudicado pela falta de quórum necessário para
59 deliberação. Questionou sobre a possibilidade de realizar a posse parcial das entidades que já
60 indicaram o interesse pela recondução. O Sr. Helbert Garandy Pitorra explicou sobre o processo de
61 posse das entidades reconduzidas, informando que é necessária a realização de um momento para
62 dá posse a todas as entidades que optarem pela recondução. Discorreu que foi estabelecido um novo
63 prazo para que as demais entidades se manifestem e, diante essa questão, sugeriu que fosse
64 aprovada uma autorização para a assinatura do termo de posse pelas demais entidades e definida
65 uma nova data para o ato simbólico de posse. Registrou que as entidades que não se manifestaram
66 foram: Associação Comunitária de Raiz; Associação Comunitária do Pé de Serra; Associação
67 Extrativista e Vazanteira de Pau Preto – Minas Gerais; Associação dos Vazanteiros do Município
68 de Itacarambi/MG; Articulação das Comunidades Negras Rurais; e Articulação dos Povos e
69 Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. A Conselheira
70 Sandra Maria da Silva Andrade registrou que a Coordenação Nacional de Articulação de
71 Quilombos – CONAQ encaminhou *e-mail*, indicando o seu interesse pela recondução no CONPCT.
72 O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos relatou que APOINME informou que encaminhou o
73 *e-mail* com a sua manifestação e propôs que os membros considerassem a possibilidade de
74 prorrogação para manifestação das demais entidades e de realização da posse dos novos
75 conselheiros na próxima reunião, o que foi acatado. O Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que a

76 Secretaria Executiva do CNPTC entrará em contato com as entidades que já se manifestaram para
77 que os termos de posse sejam assinados e com **APOINME** para sanar a questão. Passando a palavra
78 ao representante dos ribeirinhos para o seu informe, o Sr. João Bosco Campos apresentou a situação
79 do território da Comunidade Bailique, que se encontra sob o fenômeno das terras caídas. Discorreu
80 que oficializará a denúncia ao Conselho com a solicitação de que busque os órgãos de defesa dos
81 direitos das comunidades tradicionais para socorrer essa comunidade. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
82 esclareceu que a CONAQ encaminhou *e-mail* no dia 18 de outubro de 2021, porém, não faz menção
83 ao ofício e nem contempla o que foi solicitado, destacando que a resposta não está em
84 conformidade com o processo. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou que a
85 Secretaria Executiva reenviasse o ofício às entidades com cópia para o seu *e-mail* pessoal para
86 acompanhamento. Questionado sobre a necessidade de quórum simples para indicação dos
87 membros da Câmara Técnica do Programa Abrece o Marajó e de representantes para composição
88 do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Reparação de Benefícios – CG-FNRB, foram feitos os
89 debates acerca do questionamento, sendo sugerindo pelo Sr. Helbert Garandy Pitorra que houvesse
90 a indicação por *ad referendum* para aprovação na próxima reunião. O Sr. João Bosco Campos
91 manifestou o seu interesse de participar Câmara Técnica do Programa Abrece o Marajó, todavia, foi
92 esclarecido que a sua indicação não poderá ser realizada, uma vez que não foi empossado como
93 conselheiro. Registrada a existência de quórum para deliberação, o Presidente Carlos Alberto Pinto
94 dos Santos sugeriu que o Pleno avaliasse a necessidade de discutir a escolha dos membros da
95 Câmara Técnica do Programa Abrece o Marajó ou se deveriam aguardar o momento da posse da
96 entidade representante das andirobeiras e do Sr. João Bosco Campos. Em seguida, retomou a
97 aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do CONPCT, a qual foi aprovada pela unanimidade dos
98 presentes. Prosseguindo à apresentação do Ministério da Cidadania - Distribuição de cestas para
99 Povos e Comunidades Tradicionais, o Sr. Rodrigo Araújo informou que mais de 400 mil cestas
100 básicas foram distribuídas às comunidades tradicionais, sendo que há ofertas dentro de algumas
101 orientações técnicas realizadas para os povos indígenas e ainda estão em fase de elaboração em
102 relação aos povos ciganos, ribeirinhos e faxinalenses. Solicitou que fossem enviadas as memórias
103 das reuniões do Conselho para que possa se inteirar sobre o papel do Ministério da Cidadania nessa
104 instância. O Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu que a apresentação fosse remarcada para a próxima
105 reunião para o envio das informações, salientando que essa apresentação é uma solicitação
106 recorrente do Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy. O Conselheiro
107 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy discorreu que essa explanação prova que a
108 Ministra de Estado Damares Alves estava equivocada em sua fala de que os povos de terreiros
109 estavam sendo contemplados com cestas de alimentos. Comentou que as poucas cestas distribuídas
110 pelas prefeituras do estado da Bahia aos quilombolas foram atacadas por ratos e solicitou que o
111 Presidente e o Secretário-Executivo do CONPCT realizassem uma visita aos quilombos da Bahia,
112 uma vez que a Fundação Cultural Palmares não tem cumprido o seu papel. A Conselheira Maria
113 Jane Soares Targino Cavalcante ratificou que a situação dos povos ciganos é a mesma relatada pelo
114 conselheiro e solicitou que fosse encaminhada a lista dos povos ciganos contemplados com cestas.
115 O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos explanou que todas as informações e subsídios
116 referentes ao item de pauta foram repassados ao Ministério da Cidadania. O Sr. Rodrigo Araújo
117 comentou que a sua presença possui o objetivo de compreender a realidade da solicitação,
118 afirmando que foram entregadas mais de 400 mil cestas para Povos e Comunidades Tradicionais.
119 Informou que foram contemplados alguns povos de terreiros do município de Paulista/PE e
120 explanou o Governo Federal está fazendo todos os esforços necessários para chegar a todos os
121 segmentos. O Sr. Helbert Garandy Pitorra solicitou que as informações disponíveis sejam
122 encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho para conhecimento dos conselheiros e informou

123 que estão verificando uma data no mês de novembro para realizar a visita solicitada ao estado da
124 Bahia. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu, como encaminhamento, que seja
125 enviada à Secretaria Executiva e à Presidência do CONPCT as informações pertinentes levantadas
126 durante a discussão. Relatou que recebeu a informação de que apenas um percentual de pescadores
127 de comunidades tradicionais foi atendido com o recebimento de cestas básicas e ilustrou que
128 encaminhará uma relação de comunidades tradicionais extrativistas que demandaram cestas básicas
129 e não receberam para os devidos esclarecimentos. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu que o
130 Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy também trouxe essa demanda
131 de visita ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, sendo que foi
132 deliberado pela apreciação da situação. Entendeu que também cabe ao CONPCT avaliar se deve
133 seguir a mesma deliberação e solicitar a realização de visita técnica. O Sr. Rodrigo Araújo colocou-
134 se à disposição para participar da visita técnica aos quilombos e elucidou que definirá uma data para
135 envio das informações necessárias antes da próxima reunião. Externadas todas as opiniões e
136 manifestações, o Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos colocou em processo de votação a
137 proposta de realização de missão aos quilombos do estado da Bahia com a participação de um
138 conselheiro, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Passando à escolha dos membros da
139 Câmara Técnica do Programa Abrece o Marajó, explanou que essa Câmara Técnica foi proposta
140 pelas Andirobeiras do Marajó, entendendo que seria prejudicial a sua discussão nesse momento,
141 uma vez que a sua representante não se faz presente. Sugeriu o item fosse incluído na pauta da
142 próxima reunião do CONPCT, o que foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros. Registrou
143 que esse ponto poderá ser apreciado no segundo dia de reunião se houver a presença da conselheira
144 representante das andirobeiras. Prosseguindo à indicação de representantes para composição do
145 Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Reparação de Benefícios – CG-FNRB, o Sr. Helbert
146 Garandy Pitorra comunicou que a Secretaria Executiva recebeu um ofício solicitando indicação de
147 representantes para compor o referido Comitê. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos
148 esclareceu que deverão ser indicados dois representantes titulares e quatro suplentes, questionando
149 se haveria algum interessado. Colocaram-se à disposição os conselheiros Raimundo Nonato Pereira
150 da Silva/Taata Konmannanjy e Adriana de Souza de Lima para as vagas de titulares e os
151 conselheiros Carlos Albert Pinto dos Santos, Maria Ednalva Ribeiro da Silva e Maria Jane Soares
152 Targino Cavalcante para as vagas de suplentes. Faltando apenas a indicação de um representante
153 suplente, o Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu que fosse realizada uma indicação
154 *ad referendum* após a consulta aos demais conselheiros, o que foi acatado. Em seguida, colocou em
155 processo de votação as indicações feitas de representantes para composição do CG-FNRB, as quais
156 foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Seguindo aos informes sobre BRA/15/010, que
157 trata dos editais abertos da SNPIR/MMFDH, a Sra. Fabiana Reis Martins informou que há dois
158 editais abertos para o financiamento de projetos voltados à promoção da igualdade étnico-racial
159 com inscrições abertas, salientando que serão disponibilizados R\$ 1,5 milhões para iniciativas da
160 sociedade civil e núcleos de estudos afro-brasileiros por meio das fundações de apoio.
161 Disponibilizou os editais e os *links* pelo *chat* da reunião para os conselheiros possam participar
162 dessa iniciativa, ponderando que as inscrições poderão ser realizadas até o dia 24 de outubro de
163 2021, às 17h. O Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu pelas informações e solicitou que os *links*
164 fossem encaminhados ao grupo de *WhatsApp* do CONPCT. O Conselheiro Raimundo Nonato
165 Pereira da Silva/Taata Konmannanjy externou a sua insatisfação pelos editais elaborados, visto que
166 a ACBANTU ficou classificada em um edital de nível nacional e o projeto foi finalizado sem
167 explicações. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu o trabalho realizado segue o rito dos editais,
168 colocando a Secretaria Executiva à disposição para enviar as informações oficialmente para
169 esclarecimentos à demanda específica. Prosseguindo aos informes gerais, a Conselheira Maria

170 Ednalva Ribeiro da Silva relatou sobre as dificuldades dos conselheiros suplentes em cadastrar as
171 suas assinaturas digitais no termo de posse. O Sr. Helbert Garandy Pitorra explanou que 75% dos
172 conselheiros já assinaram o seu termo de posse e colocou toda a equipe da Secretaria Executiva à
173 disposição para sanar as dúvidas e auxiliá-los. A Conselheira Adriana de Souza de Lima discorreu
174 sobre a impossibilidade de realizar a missão aprovada às comunidades caiçaras de Juréia, Litoral
175 Sul de São Paulo, que continua com uma situação bastante delicada por estarem situados em uma
176 unidade de conservação de proteção integral. Relatou que a Coordenação Nacional Caiçara, o
177 Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati e Ubatuba e o Ministério Público Federal
178 realizaram reunião com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA sobre o
179 Projeto de Cessão das Águas de União, na qual solicitaram a utilização do protocolo comunitário,
180 que foi elaborado e nomeado de Protocolo de Consulta dos Movimentos Sociais de Povos e
181 Comunidades Tradicionais para a Cessão das Águas da União para Aquicultura. Informou que esse
182 documento foi enviado em julho de 2021 e até o momento não houve um retorno do MAPA. O
183 Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou a Secretaria Executiva que viabilizasse os
184 meios necessários para realização da missão caiçaras, colocando-se à disposição para participar.
185 Solicitou que fosse verificada data para sua realização junto à Secretaria Executiva. Com relação à
186 cessão das águas da União, registrou que o representante do MAPA sugeriu que a Secretaria
187 Executiva do CONPCT elaborasse uma solicitação de resposta ao Gabinete da Ministra do MAPA,
188 uma vez que a questão deve ter sido debatida pela Secretaria de Aquicultura e Pesca. Diante essa
189 questão, solicitou que fosse elaborado documento com as informações para envio à Secretaria
190 Executiva para que possam reiterar a solicitação de informações em nome do CONPCT ao MAPA.
191 Não havendo outros informes, salientou que é fundamental que o Conselho discuta sobre a
192 continuidade ou não das reuniões de forma virtual. Propôs que fossem apresentadas as informações
193 sobre os protocolos de realização das reuniões presenciais no segundo dia de reunião. O Sr. Helbert
194 Garandy Pitorra comprometeu-se em buscar as informações, porém, esclareceu que não terão tempo
195 hábil para apresentá-las amanhã. Passando às considerações finais e encerramento, agradeceu a
196 presença e a colaboração de todos. O Presidente Carlos Albert Pinto dos Santos também agradeceu
197 a presença e a colaboração de todos, finalizado o primeiro dia de reunião. Dando início aos
198 trabalhos do segundo dia de reunião, o Presidente Carlos Albert Pinto dos Santos cumprimentou a
199 todos e solicitou que fosse verificado o quórum. Verificada a existência de quórum para a instalação
200 da reunião, passou-se à apresentação da Fundação Cultural Palmares - Distribuição de cestas
201 básicas às comunidades quilombolas. O Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que foi encaminhado
202 ofício à Fundação Cultural Palmares solicitando a sua presença, todavia, até o momento não houve
203 nenhum retorno. O Presidente Carlos Albert Pinto dos Santos discorreu que os próximos itens de
204 pauta tratam sobre os procedimentos para reconhecimento do segmento de Povos e Comunidades
205 Tradicionais e sobre a Nota técnica do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais
206 – DIMOPE/SNPIR sobre a necessidade de regulamentação do Decreto nº 8.750/2016 - Povos e
207 Comunidades Tradicionais, questionando se estão confirmadas. Registrou que o representante do
208 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI está solicitando o envio das atas das três
209 últimas reuniões do CONPCT para elaboração de um relatório ao ministério, esclarecendo que a
210 Secretaria Executiva poderá disponibilizá-las. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da
211 Silva/Taata Konmannanjy indagou se a Fundação Cultural Palmares está seguindo alguma
212 orientação para não participação em conselhos e o Sr. Helbert Garandy Pitorra informou que a
213 Secretaria Executiva do CONPCT e a Coordenação-Geral de Conselhos da SNPIR têm cumprido
214 com as suas atribuições regimentais, afirmando que não há nenhum tipo de orientação dessas duas
215 instâncias em relação a não participação da Fundação. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos
216 sugeriu que o convite à Fundação Cultural Palmares fosse reiterado, inclusive, observando que essa

217 solicitação já foi realizada anteriormente, o que foi acatado. Propôs que fosse incluída na pauta uma
218 avaliação sobre a recondução dos conselheiros, uma vez que essa questão está trazendo prejuízos às
219 reuniões e sobre a realização de uma reunião extraordinária virtual para a posse desses conselheiros,
220 incluindo a discussão sobre a possibilidade de cancelamento da data reunião ordinária de
221 novembro/2021 e a realização de reuniões de forma presencial. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
222 afirmou que os próximos itens de pauta estão confirmados e concordou com as sugestões de
223 inclusão de pauta, que poderão ser debatidas na sequência. Realizada uma inversão de pauta,
224 passou-se à apresentação da Nota Técnica do Departamento de Monitoramento de Políticas Étnico-
225 Raciais – DIMOPE/SNPIR sobre a necessidade de regulamentação do Decreto nº 8.750/2016 –
226 Povos e Comunidades Tradicionais. A Sra. Mariléia de Paula, apresentou a Nota Técnica do
227 DIMOPE/SNPIR sobre a necessidade de regulamentação do Decreto nº 8.750/2016 – Povos e
228 Comunidades Tradicionais, explanando que o Departamento constatou a necessidade de
229 regulamentação do decreto, uma vez que não descreve os segmentos indicados em seu art. 4º, § 2º.
230 Informou que o DIMOPE/SNPIR está sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho visando à
231 revisão na listagem de segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Abrindo para
232 manifestações, a Conselheira Cláudia Resina Sala de Pinho observou que Decreto nº 6.040/2007
233 instituiu o marco regulatório dos Povos e Comunidades Tradicionais e que o Decreto nº 8.750/2016
234 é exclusivo para a criação do CONPCT, entendendo são questões totalmente distintas. Relatou
235 sobre a construção do conceito de Povos e Comunidades Tradicionais e compreendeu que a
236 regulamentação deve utilizar o conceito desde que esteja vinculados os 28 grupos étnicos do
237 CONPCT. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy concordou com a
238 criação do Grupo de Trabalho, porém, para análise dessa nota técnica e o Conselheiro Helmar
239 Spamer solicitou esclarecimentos sobre qual conceito deve ser revisto, intuindo que será necessária
240 uma discussão ampliada para definição do conceito de Povos e Comunidades Tradicionais
241 considerando o histórico da sua construção. Também concordou com a criação de Grupo de
242 Trabalho para discussão e avaliação da nota técnica, mas não para discussão sobre a revisão de
243 listagem de segmentos. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu que a nota técnica tem o objetivo
244 de construir um conceito de quem são os Povos e as Comunidades Tradicionais. O Presidente
245 Carlos Alberto Pinto dos Santos arrazoou que cada segmento do Conselho participou de diversos
246 espaços de construção e de diálogo, entendendo que a definição trazida pelo Decreto nº 6.040/2007
247 e o fato dos segmentos definidos no Decreto nº 8.750/2016 estarem ocupando uma vaga no
248 CONPCT já os tornam sujeitos de direito das políticas públicas. A Sra. Mariléia de Paula agradeceu
249 pelas contribuições e colocou o DIMOPE à disposição para esclarecimentos de dúvidas e
250 participação. A Conselheira Cláudia Regina Sala de Pinho concordou com a criação de um Grupo
251 de Trabalho, porém que trabalhe simultaneamente essa pauta e os procedimentos para
252 reconhecimento do segmento de Povos e Comunidades Tradicionais. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
253 salientou que o grande objetivo de trazer essa discussão ao Pleno do CONPCT é para que sejam
254 mais assertivos possíveis, manifestando a sua concordância com a criação do Grupo de Trabalho.
255 Sugeriu que a nota técnica fosse encaminhada aos conselheiros para conhecimento. Realizadas
256 todas as manifestações, o Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos deliberou pela criação de
257 Grupo de Trabalho composto por sete membros para tratar sobre a análise da Nota Técnica da
258 DIMOPE/SNPIR sobre a necessidade de regulamentação do Decreto nº 8.750/2016 - Povos e
259 Comunidades Tradicionais e sobre os procedimentos para reconhecimento do segmento de Povos e
260 Comunidades Tradicionais, destacando que a sua instalação será realizada em sua próxima reunião.
261 Colocaram-se à disposição para compor o Grupo de Trabalho apenas os Conselheiros Raimundo
262 Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy e Maria Ednalva Ribeiro da Silva. Diante essa
263 questão, consensou-se que os demais membros serão indicados posteriormente para aprovação na

264 próxima reunião ordinária. Considerado superada a apresentação procedimentos para
265 reconhecimento do segmento de Povos e Comunidades Tradicionais, passou-se a discussão sobre a
266 possibilidade de cancelamento da 11ª Reunião Ordinária do CONPCT, dos dias 2 e 3 de novembro,
267 sobre a convocação de reunião extraordinária para a posse dos sete segmentos remanescentes e
268 sobre a realização de reunião presencial. O Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos informou
269 que está sugerindo o cancelamento da 11ª Reunião Ordinária do Conselho e a realização de reunião
270 extraordinária dos dias 8 a 15 de novembro ou dos dias 15 a 19 de novembro de 2021, em meio
271 período, para a posse das entidades reconduzidas. Acrescentou que também está sugerindo a
272 realização de reunião presencial em dezembro/2021, inclusive, para elaboração de planejamento do
273 CONPCT. Externadas todas as opiniões e manifestações, consensou-se pela realização de reunião
274 extraordinária no dia 8 de novembro de 2021, das 14h às 15h30. A Conselheira Cláudia Regina Sala
275 de Pinho colocou-se à disposição para auxiliar no processo de recondução das entidades. O
276 Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou que o assunto sobre a realização de reuniões
277 presenciais fosse apreciado e deliberado na próxima reunião ordinária, uma vez que não possuem
278 quórum nesse momento para aprovação. Prosseguindo aos informes gerais, o Conselheiro
279 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy informou que o edital que mencionar
280 anteriormente se trata do Edital nº 03/2019 – Projeto BRA/15/010 – Fortalecimento da Expansão do
281 Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SNAPIR. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
282 esclareceu que o edital tratado na reunião, apesar de utilizar o mesmo instrumento, não é o mesmo
283 edital indicado pelo conselheiro. Solicitou que fosse elaborado um ofício com todos os
284 questionamentos necessários, comprometendo-se em encaminhá-lo ao departamento responsável
285 para que sejam enviadas as respostas oficiais. Passando às considerações finais e encerramento, o
286 Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a presença e a colaboração dos conselheiros e
287 o trabalho realizado pela Secretaria Executiva do CONPCT. O Sr. Helbert Garandy Pitorra também
288 agradeceu a presença e a colaboração dos conselheiros e a condução realizada pelo Presidente do
289 CONPCT. A Conselheira Adriana de Souza de Lima recitou uma poesia do poeta e músico Luís
290 Perequê, encerrando a 10ª Reunião Ordinária do CONPCT.